

O BRASIL E O CAPITALISMO DEPENDENTE: INTEGRAÇÃO OU SUBIMPERIALISMO REGIONAL?

TEMISTOCLES, Poliana Garcia

PALAVRAS-CHAVE: Dependência, Capitalismo, Subimperialismo, Superexploração, América Latina.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a contribuição da Teoria Marxista da Dependência para a compreensão do contexto econômico da América Latina, à medida que denuncia na essência do capitalismo uma lógica de expansão e acúmulo, esta que conduziu ao estabelecimento de relações desiguais no contexto internacional, mediante a existência de mecanismos de exploração e transferência de valor que privilegiam os países centrais. Dessa maneira, pretende-se também denunciar a reprodução desta lógica a partir da formação de características específicas da periferia, sugerindo a presença de práticas subimperialistas por parte da economia brasileira frente às economias latinas. Para isso, será feito um resgate da contribuição de autores para o debate acerca da categoria do subimperialismo.

INTRODUÇÃO

Diante da configuração do sistema capitalista observada após a década de 1970, bem como dos mecanismos de transferência de capitais que serviram para consolidar uma lógica que solidificou as estruturas desiguais de troca, mas que desencadeou a condução de mecanismos financeiros não observados com tanto vigor anteriormente, observa-se na América Latina a continuidade de um mercado especializado na produção de mercadorias com baixa densidade tecnológica, além da consolidação de mecanismos de transferência de valor, o que coloca a região em uma situação de subordinação frente ao sistema global de trocas. A especialização na atividade agrário-exportadora, tal como a divisão internacional do trabalho que se movimentava cada vez mais para sua consolidação, ocasionaram um sistema no qual foram consolidados mecanismos desiguais de troca, o que impulsionou um fluxo de transferência de capitais direcionado ao centro, tornando a situação de dependência e subordinação na lógica capitalista cada vez mais sólida e estrutural.

Toda esta estrutura que se formou, constrange as formas de acumulação interna de capital por parte dos países latino-americanos e, como nesses países há diversas restrições ao aumento da produção interna – como a escassez tecnológica e a saída de capitais que torna o processo de

acumulação mais difícil – o que se observa é uma maior exploração da mão-de-obra do trabalhador, o que agrava as condições sociais internas em cada país. A esta exploração específica, Marini (1973) dá o nome de *superexploração* da força de trabalho, caracterizada pela extração da mais-valia a partir da combinação das formas diversas de exploração, este fator gera consequências graves para o desenvolvimento de um mercado de consumo interno.

A perda da dinâmica interna de consumo se observa então não somente pela escassez de investimento produtivo em um mercado interno, mas também porque a capacidade de compra do trabalhador é lesada, sendo muito difícil que se alcance uma industrialização e desenvolvimento interno sem que haja importação de capital externo para financiamento da atividade produtiva e conseqüente incremento da indústria local.

Toda esta reprodução da lógica capitalista implica a existência de um fluxo de transferência de capitais que privilegie os países dominantes do sistema em detrimento dos periféricos. Assim, para que os últimos tentem atenuar os impactos dessa lógica sobre suas economias, é impulsionada, além da intensificação da exploração do trabalho, a formação de subcentros de acumulação, de tal forma que algum país que possui uma posição mais privilegiada do ponto de vista regional conquista para si uma área de influência, havendo a transferência de capitais das nações mais débeis para as mais desenvolvidas e consolidando-se, então, uma espécie de sub-hegemonia¹ na região. Esta dinâmica, possível devido à *superexploração* da força de trabalho que constribe a capacidade de consumo interno, gera também um movimento de expansão e busca por lucro em mercados vizinhos, o que Marini (1969) classifica como *subimperialismo*, termo que analisaremos com mais afinco ao decorrer deste trabalho.

Desta maneira, é identificado, a partir da formação de um mercado interno debilitado, um movimento para fora, no qual um país projeta seu mercado para os outros países que compõem a região subalterna à lógica capitalista global. O subimperialismo seria, portanto, um resultado da lógica expansionista e imperialista do capitalismo que busca o acúmulo de capital e o lucro, além de refletir as consequências geradas pela industrialização desigual – fenômeno aprofundado em alguns países e em outros não – que configura uma necessidade de exportação de capitais e bens para os países vizinhos, determinada pelos estrangulamentos presentes no mercado e estruturas internas. (LUCE, 2008)

¹ O termo em questão diz respeito à projeção de uma economia mais desenvolvida sobre as demais presentes em um região, conduzindo a uma reprodução das lógicas de transferência dessas economias para este subcentro. É necessário ressaltar que o termo faz alusão ao fato de que as relações de centro e periferia se mantêm, sendo este fenômeno um resultado dessa lógica e seu desencadeamento serve para agravar os efeitos da lógica em questão, por reproduzir os mecanismos desiguais de troca.

Desta maneira, para alcançarmos tal objetivo, dividimos o presente artigo em duas seções, a primeira tratará de realizar uma análise acerca das características da dependência latino-americana, de modo a compreender as especificidades econômicas da região. A segunda seção tratará do possível movimento subimperialista na região da América Latina, apresentando o debate existente entre autores que acreditam no subimperialismo como uma categoria válida e outros que a consideram uma categoria ultrapassada, sugerindo no capital-imperialismo uma categoria mais plausível para a atual fase do capitalismo.

O CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA

A dependência se constitui em um conceito abstrato, que se insere no campo da ciência social e se refere à caracterização das relações assimétricas entre países frente à dinâmica política-econômica-social que se observa em um nível global. Assim, ela se dá a partir da organização do papel dos países na lógica econômica, isto é, do impulso inicial de alguns países em expandir seus domínios e posteriormente de exercer outras formas de dominação menos concretas, fator crucial na lógica capitalista, denominado imperialismo². Dessa maneira, o impulso imperialista serviu para traçar algumas relações de dominação e exploração sob algumas regiões, o que se torna crucial para compreendermos a origem do desenvolvimento das áreas centrais e o subdesenvolvimento da periferia como dois movimentos antagônicos, de maneira que o segundo não só alimenta o primeiro, mas estes se complementam, de maneira que um não pode se realizar sem o outro. A esta relação de antagonismo, Gunder Frank (1968) chamou de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, salientando que os fatores que caracterizam o desenvolvimento em algumas economias só podem ser realizados com o subdesenvolvimento de outras.

No caso latino-americano, este conceito surge para explicar determinadas particularidades da região frente à lógica de relações econômicas globais na qual estes países se inseriram de forma subordinada. A dependência se configuraria então como a condução de relações entre nações formalmente independentes que são asseguradas pelas estruturas desiguais de produção e acumulação, que acabam dando forma a um capitalismo específico que segue uma dinâmica particular à observada nos países centrais, mostrando que o mercado mundial se expressa de maneiras distintas em locais distintos. (CARCANHOLO, 2013)

Marini (1973) parte então da aplicação de algumas categorias da teoria marxista para servirem como instrumentos de análise das condições econômicas da região latino-americana,

² Termo utilizado pela primeira vez por John Atkinson Hobson em 1902, em sua obra intitulada “Imperialismo”.

comparando relações de subordinação e de domínio. Dessa maneira, a integração desta região ao mercado mundial e à lógica global das relações econômicas se deu como uma condição fundamental para a expansão econômica e acúmulo de capital por parte dos países centrais, uma vez que se observa o estabelecimento de relações de produção desiguais. Dessa forma, o subdesenvolvimento de algumas regiões alimenta o avanço de outras. Aqui, Marini se refere particularmente ao processo de industrialização originária e ao posicionamento da América Latina enquanto economia primário-exportadora. A dependência que então se observa nas regiões periféricas gera consequências praticamente irreversíveis às estruturas políticas nos marcos do capitalismo, econômicas e sociais internas destes países, como salienta Amaral (2012): “a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna, nos âmbitos social, ideológico e político.” (p.32).

Desta forma, observa-se a consolidação de relações de exploração subjetivas e materiais, além da consequente inserção dos países periféricos na divisão internacional do trabalho de forma subordinada. Apesar das interpretações diversas sobre a dependência latino-americana, nos ocuparemos em analisar o período em que a industrialização capitalista já se vê em curso, sendo esta a responsável por consolidar a dependência nos marcos atuais.

Assim, sob a lógica ricardiana das vantagens comparativas, entendeu-se momentaneamente que os países cuja matriz econômica se pautava na exportação agrícola - estavam cumprindo com sua função natural. Contudo, a teoria se mostrou incapaz de compreender que a deterioração dos termos de troca, pautada na incapacidade de desenvolvimento do setor industrial nas periferias, caracterizando uma baixa produtividade, serviu para a manutenção e solidificação desta relação de dependência.

Com isso, a especialização latino-americana na exportação de matérias-primas e produtos agrícolas foi pouco a pouco se mostrando desvantajosa, uma vez que o baixo valor agregado destes produtos não permitia o acúmulo de capitais necessários ao desenvolvimento industrial interno destas economias. Percebeu-se então que seria necessário o desenvolvimento de um mercado interno nestes países, por meio da industrialização e consequente investimento em meios de produção, a fim de buscar a especialização em setores mais diversificados, o que poderia a um primeiro olhar, reverter a lógica de atraso no desenvolvimento nestes países, adquirindo ganhos de produtividade com o desenvolvimento industrial e tecnológico. Este argumento foi defendido pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que

apesar de reconhecer as estruturas que limitam o desenvolvimento, acreditaram e disseminaram o pensamento de que haveria a possibilidade de reverter este quadro.

Aqui podemos analisar a lógica da concorrência apontada por Marx em sua obra “O Capital”, que vê neste movimento a origem das políticas de inovação produtiva, que culmina em uma corrida por inovação tecnológica, sendo que aqueles que possuem um maior volume de capital se mostram mais propensos à inovação e, conseqüentemente, aos ganhos de produtividade. Com isso, passam a possuir o domínio das patentes e da propriedade intelectual, fazendo com que o avanço tecnológico seja monopolizado pelos países centrais. (MARX, 1980)

Desta forma, impossibilita-se o desenvolvimento econômico das áreas periféricas, o que serve para contradizer as teorias do desenvolvimento de Rostow (1978) e da CEPAL, que acreditam na ideia de que há, de fato, um desenvolvimento a ser alcançado, e que isso se dará por meio de etapas – como acredita Rostow - ou com medidas econômicas apropriadas para cada sociedade – como é o caso cepalino.

Desta maneira, durante a década de 1950 e 1960, período que podemos caracterizar como uma onda de industrialização dos países “atrasados”, percebe-se um esforço destes países na tentativa de superar o modelo agrário-exportador, que aparentemente era responsável pela estagnação e atraso desses países frente aos países centrais. O esforço pró-industrialização se deu concomitante à necessidade de financiamento externo para investimento em bens de capital, a fim de impulsionar o desenvolvimento de um mercado interno diversificado, superando assim a condição de dependência externa. A controvérsia se nota já na premissa inicial, que vê no financiamento externo a saída para o fim da dependência. Contudo, os condutores das políticas públicas do período acreditaram que, no longo prazo, o desenvolvimento interno seria capaz de amortizar as dívidas contraídas para tal fim. É neste período que surge a Teoria da Dependência, que buscou explicar o porquê da irreversibilidade da condição de dependência, sendo que esta apresentava correntes diversas de pensamento, como a interdependentista e a marxista, sendo Ruy Mauro Marini o principal expoente da última corrente. Segundo sua visão, a dependência se mostrava irreversível porque esta não se mostra apenas como fruto de uma relação externa de subordinação a outros países, mas surge igualmente da especificidade das relações internas de exploração. (MARINI, 1973)

Sendo assim, as contradições da lógica do capital geraram estruturas de dominação internas e muito sólidas para se desfazerem com a tentativa de industrialização, além de terem

produzido limitações ao desenvolvimento de um mercado interno dinâmico. A este contexto de limitações ao desenvolvimento, causadas pela inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, bem como pelos mecanismos imperialistas de exploração e transferência de valor, que caracterizam o desenvolvimento de um capitalismo específico na periferia, Marini dá o nome de capitalismo dependente ou capitalismo *sui generis*, que serviria para indicar que há de fato o desenvolvimento do modelo capitalista na periferia, porém com mecanismos específicos de reprodução do capital. (MARINI, 1973)

Marini busca ainda dizer que a industrialização capitalista se deu a partir de mecanismos que agravaram ainda mais as contradições sociais existentes na periferia, como podemos observar na categoria desenvolvida por Marini, a *superexploração* da força de trabalho, uma categoria que se observa a partir do processo econômico específico e particular das economias dependentes. A compreensão desta categoria é fundamental para a análise do capitalismo dependente na América Latina, uma vez que ela está relacionada à forma como o capitalismo dependente respira e se desenvolve na lógica global excludente.

Interpretamos a superexploração da força de trabalho como uma categoria, por esta se colocar como resultado da lógica de acumulação periférica, sob a qual o capitalismo se sustenta, sendo resultado de uma estrutura específica do capitalismo dependente. Esta categoria é então um desdobramento dessa lógica, que como já apontou Marx (1980), se pauta na extração da mais-valia como um mecanismo fundamental para a manutenção do lucro e, conseqüentemente, para a continuidade de funcionamento da lógica capitalista. Dessa maneira, a acumulação – premissa fundamental do capitalismo – se dá mediante a condução desse mecanismo, que se observa em todos os espaços nos quais o capitalismo se conduz.

No caso latino americano, Marini nos apresenta a reflexão em torno desta categoria, salientando que esta surge a partir da consolidação das relações desiguais a um nível tanto global quanto local, que impõem restrições à acumulação na periferia. Assim, a acumulação na periferia se restringe devido ao fato de existir limites à industrialização, tendo em vista a especialização produtiva da América Latina na atividade agrário-exportadora, o que desde já configura uma assimetria, considerando que a consolidação dessa divisão internacional do trabalho leva a uma tendência de deterioração dos termos de troca, ocasionando uma vulnerabilidade da balança comercial desses países às movimentações econômicas globais. Assim, por meio dessa assimetria, seja pelos mecanismos de transferência nas atividades de comércio, seja por outras vias de transferência de capitais, como o pagamento de empréstimos

estrangeiros e amortização dos juros dessas transações, limitações à acumulação foram estabelecidas na América Latina, desencadeando a necessidade de compensar as perdas de excedentes movimentadas por estes mecanismos de transferência, assim, como a origem do lucro e acumulação do capital se dá por meio da expropriação da força de trabalho, a resposta para a tentativa de atenuação dessa lógica encontraria sua origem na extração combinada das formas de mais-valia, sendo que sua forma determinada como absoluta seria a predominante, porém não a única. Dessa maneira, Amaral e Carcanholo (2012) apontam que:

Há quatro formas principais de superexploração do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada (e esta última parece ser a tendência) – que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam: o aumento da intensidade do trabalho; o prolongamento da jornada de trabalho; a apropriação, por parte do capitalista, da parcela de consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação do capitalista (...); a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal. AMARAL e CARCANHOLO, 2012.

Todas estas formas de espoliação do trabalhador convergem quando se trata dos impactos que estas provocam, isto é, se somam para negar ao trabalhador as condições necessárias para que este reponha o desgaste sofrido em sua força de trabalho, seja porque este é submetido a um maior desgaste de sua força de trabalho – como se observa nas duas primeiras formas de superexploração – seja porque lhe é negada a possibilidade de consumir aquilo que se mostra indispensável para que sua força de trabalho seja conservada ao longo do tempo. (MARINI, 1973)

É importante ressaltar que a *superexploração* da força de trabalho não encontra seu significado apenas na maior exploração – o que a tornaria uma categoria não exclusiva da periferia – mas se encontra intimamente ligada ao movimento de transferência de excedentes, sendo desenvolvida como uma espécie de mecanismo de compensação às assimetrias observadas na busca pelo acúmulo de capital na ordem global. Desta maneira, a *superexploração* da força de trabalho seria, para a TMD, a categoria fundamental e caracterizadora do capitalismo dependente, sendo esta um dos desdobramentos da relação de dependência juntamente com outros mecanismos que resultam em impactos internos sociais de profunda ordem. A condução do mecanismo de *superexploração* da força de trabalho ocasiona então nessa série de desdobramentos para dinâmica econômica interna, possibilitando que os fatores de restrição à acumulação sejam por ora superados. Seria impulsivo pensar então que este mecanismo de compensação seria a chave para a reversão da dependência, porém, assim como as premissas que sustentam o capitalismo, este é um mecanismo contraditório e que apesar de atenuar a situação de dependência externa no curto prazo, agrava as condições internas e desencadeia outros mecanismos de exploração, como

veremos adiante. Autores como Luce (2008) e Carcanholo (2013) salientam esta tendência de agravamento das condições internas, colocando estas como o resultado de uma lógica contraditória que, quanto mais se alimenta, mais agrava a situação de dependência e assimetria.

A partir da definição desta categoria e da análise dos desdobramentos externos e internos deste mecanismo, Marini (2012) apresenta-nos uma leitura fundamental à compreensão das estruturas que se desdobram na periferia, a partir de uma lógica central imperialista. Esta leitura, cuja base se dá na *superexploração* da força de trabalho, culmina na formação de centros medianos de acumulação, uma vez que algumas economias periféricas – de acordo com seu estágio tecnológico-industrial e sua participação comercial e financeira no mercado mundial – apresentam os mecanismos de condução do capital industrial mais bem consolidados, movimento que se dá a partir da crescente entrada de capitais em alguns países, contudo, devido a algumas particularidades não conseguem criar uma dinâmica interna de consumo que seja capaz de atender as demandas da produção. É importante salientar que a formação destes subcentros exige, além de um estágio onde a industrialização se mostra mais consolidada, a presença de uma burguesia nacional, frente à situação de monopolização dos capitais por parte de algumas empresas, que servem à função de conduzir o movimento de capitais para as economias vizinhas, exercendo uma expansão tanto comercial quanto financeira sobre estas economias. (MARINI, 2012)

Esta expansão muito se explica pela falta de dinâmica do mercado interno, que se dá porque o trabalhador, ao ser submetido à *superexploração* de sua força de trabalho, se vê impossibilitado de compensar no consumo a remuneração que possui com a jornada de trabalho. Além disso, a falta de dinâmica também se explica pela estrutura produtiva mais voltada para atender às demandas comerciais dos países centrais. Assim, para Marini, o consumo interno de bens intermediários se vê fortemente comprometido pela estrutura desigual de distribuição de renda e riqueza, o que representaria um impulso pela busca externa de mercados que possam absorver essa produção. Contudo, esse impulso se dá sem que a lógica imperialista seja contrariada, representando na verdade um movimento de reflexo ao impulso imperialista a um nível regional, um impulso característico dos centros medianos de acumulação, o subimperialismo. O subimperialismo é, portanto um impulso que conduz a exportação de capitais e de bens manufaturados para outras economias, sem que a situação de dependência seja superada, porém, delimitando uma nova divisão regional do trabalho³.

³ Esta nova configuração se pauta a partir da apropriação dos capitais de menor produtividade pelos capitais mais produtivos, sendo estes últimos conduzidos por uma burguesia nacional de um centro mediano de acumulação, o

A partir da identificação dos fatores que caracterizam o subimperialismo, Marini (1969) analisa as particularidades da economia brasileira, atentando-se para o processo de industrialização e a conseqüente formação de levantes revolucionários, estes últimos como uma tendência do aumento da exploração do trabalhador e da intensificação da penetração direta do capital imperialista no setor manufatureiro nacional. Ao realizar esta análise, Marini aponta para mecanismos e condições próprios da economia brasileira que parecem indicar que este país se configuraria como um subimperialista frente às demais economias da região. A partir desta hipótese levantada por Marini, surge o debate em torno da condição brasileira enquanto economia subimperialista, uma vez que mediante a observação de condições internas necessárias à condução de práticas imperialistas há a confirmação da hipótese por parte de autores como Luce (2008), Dos Santos (2000), Bueno e Seabra (2010) e a negação dela por autores como Fontes (2010) e Deo (2011), o que enriquece a temática do subimperialismo, mostrando como o debate se mostra importante no estágio pós 1970 do capitalismo contemporâneo. Assim, para que seja analisado mais a fundo as condições e particularidades do capitalismo brasileiro e sua relação com as economias periféricas latino-americanas, a próxima seção será destinada à compreensão do debate em torno da possibilidade de subimperialismo brasileiro na América Latina.

BRASIL: UM ESTADO SUBIMPERIALISTA?

Como apontado por Marini (1969), e reforçado por Luce (2008), o subimperialismo se observa à medida que as relações entre o capitalismo central e as economias dependentes resultam em uma transferência de capitais e ganhos de produtividades sentido centro, implicando que as burguesias dos ditos subcentros - como buscamos observar no caso brasileiro - busquem compensar o ganho excedente que é transferido para o centro, o que leva estas a recorrer a uma *superexploração* da força de trabalho, além de conquistar de uma esfera de influência a nível regional, na qual buscam exercer sua hegemonia. Com isso, há a consolidação de mecanismos que resultam em uma distribuição regressiva de renda e riqueza, o que gera profundos impactos econômicos e sociais internos. Assim, a *superexploração* da força de trabalho se coloca primeiramente como característica fundamental para que se explique a formação específica de um mercado interno pouco dinâmico, no qual os consumidores possuem sua capacidade de consumo limitada pela impossibilidade de compensação de sua força de trabalho. Esta característica pode ser observada no Brasil desde

que favorece esta classe associada à burguesia imperialista dos países centrais, uma vez que estes se beneficiam diretamente deste processo de transferência de capitais.

o período de industrialização até o período recente, sendo que há indícios de que a capacidade do trabalhador em compensar sua força de trabalho tem se tornado mais fraca, uma vez que os novos mecanismos financeiros de expropriação do trabalhador – tais como os mecanismos de concessão de crédito – servem para agravar ainda mais o desenvolvimento de um mercado interno e dinâmico. Marini identifica existir um impulso subimperialista proveniente não somente da insuficiência econômica interna, mas das estruturas que consolidaram a atividade agrário-exportadora e a influência interna de grupos voltados par este setor:

Neste sentido, seja devido a sua política de reforço da aliança com o latifúndio, seja devido a sua política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não pode contar com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente que resultará da modernização tecnológica. Não lhe resta outra alternativa além de tentar se expandir para o exterior, tornando-se então necessário garantir um reserva externa de mercado para sua produção. O baixo custo de produção que a atual política salarial e a modernização industrial tendem a criar assinala a mesma direção: a exportação de produtos manufaturados. MARINI, 1969

Nota-se que Marini considera que há de fato o desenvolvimento industrial no Brasil, mesmo que possível com uma burguesia heterogênea, mas que é característica das particularidades da formação econômica e social brasileira, o que apenas torna as relações sociais cada vez mais complexas. Assim, por mais que esta burguesia se caracterize como heterogênea, há a consolidação de um interesse nacional, que se vê fortemente atrelado à lógica do capital externo. (MARINI, 1969)

O subimperialista é então caracterizado por uma série de fatores, desde a superexploração da força de trabalho, a distribuição regressiva de renda e riqueza, até outros mecanismos financeiros de transferência de valor que caracterizam a reprodução da lógica imperialista em um nível regional com particularidades, possível graças à existência de uma burguesia nacional. Para analisar estes mecanismos, observamos a contribuição dada por Bueno e Seabra (2010), que buscam qualificar a forma que a economia assume após a etapa dos monopólios financeiros, identificando que o subimperialismo não diz respeito a uma evolução ou etapa superior do capitalismo dependente, mas sim a uma expressão proveniente da integração dos sistemas de produção dos países dependentes em uma etapa monopolista da economia dos centros imperialistas. Ao indicar a classificação deste princípio, Bueno e Seabra identificam algumas características da dinâmica subimperialista, dentre as quais está o exercício de uma política expansionista que visa não apenas a conquista de novos mercados, mas o aumento da influência frente estes mercados. Além disso, outra característica dessa dinâmica é a vigência de alianças entre frações da burguesia que buscam ativamente a

ampliação da influência política e do controle de mercados externos, com o intuito de buscar seus interesses de acúmulo de capital.

Os autores se colocam no debate acerca do subimperialismo acreditando que o Brasil de fato se enquadra como um subimperialista, mediante a observação de algumas características, as quais eles consideram fundamentais para a reprodução do subimperialismo, assim, afirmam a continuidade dessa dinâmica no século XXI:

No plano econômico, a década de 1990 iniciou um processo de centralização de capitais que eclodiu na década de 2000, colocando a exportação de capitais na forma de investimentos diretos das multinacionais brasileiras, especialmente para os países da América do Sul. Ao contrário da interpretação de Marini, que via o motivo deste processo de internacionalização na insuficiência do mercado interno brasileiro, o atual processo baseia-se no aumento da composição orgânica de determinados blocos de capitais, permitindo-os concorrer no exterior e disputar a redistribuição de mais-valia pela equalização da taxa média de lucro. Tal movimento de internacionalização parece ser uma característica da economia brasileira que perdurará pelos próximos anos (...) BUENO e SEABRA, 2010

Assim, Bueno e Seabra se distanciam brevemente da análise de Marini, ao salientar os novos motivos para a expansão subimperialista, admitindo, portanto a continuidade da expansão econômica, mesmo após a mutação da economia brasileira – inclusive a mutação dos componentes da burguesia nacional. Desta maneira, os autores identificam novas características do processo de projeção subimperialista, salientando que o capitalismo se encontra em momento particular de monopolização financeira e desregulamentação de capitais que não se observava com tanto vigor no contexto descrito por Marini na década de 1960. Desta forma, Bueno e Seabra validam o subimperialismo por considerar que este é fruto de características e desdobramentos particulares da economia brasileira periférica, identificando também novos impulsos para o avanço subimperialista, que surgem com a inserção brasileira no processo de internacionalização do capital.

É necessário acrescentar que a existência de uma burguesia nacional brasileira é uma condição que caracteriza o atual debate sobre o subimperialismo brasileiro, existindo divergências sobre a real função desta classe e os desdobramentos de suas políticas econômicas. Dito isto, consideramos fundamental inserir o debate composto por Virgínia Fontes (2010), que aponta para a formação particular de uma burguesia nacional brasileira que possui expressões agrárias e urbanas, além da inexistência de condições históricas para o desenvolvimento de uma burguesia organizada e com interesses articulados. Dessa forma, a autora acredita não existir no Brasil uma burguesia nacional com interesses bem formados para que esta possa se articular com as demais burguesias do sistema internacional. A

observação desta característica recai diretamente sobre a reflexão acerca do subimperialismo, o que nos ajuda a compreender os motivos pelos quais Fontes não o considera como um termo válido no caso brasileiro.

Assim, a autora busca apontar alguns erros na tese marinista do subimperialismo brasileiro, a começar pela noção de *superexploração* da força de trabalho, que segundo ela, é composta por diversos tipos de exploração, indicando existir diversas interpretações frente ao termo, assim, ela prefere adotar o termo *dupla exploração*, sem desconsiderar a importância do termo para a compreensão da economia brasileira. Há de fato divergências acerca da categoria da *superexploração*, contudo, ao reduzi-la como apenas uma dupla exploração, Fontes parece mascarar o processo de formação econômica periférico que culmina na condução de um mecanismo de compensação dos excedentes que seguem sentido centro, de maneira que a compreensão desta estrutura se mostra crucial para a análise do subimperialismo.

Fontes aponta também para uma falha na tese de Marini ao indicar que houve de fato o desenvolvimento de um sistema de consumo interno a partir da difusão do crédito ao consumidor na década de 60. Com isso ela busca mostrar que a industrialização se voltava prioritariamente para o consumo interno, expandindo-se internamente:

A partir deste argumento, Fontes desconstrói a afirmação de Marini, que o subimperialismo se desdobra a partir da deficiência de um mercado de consumo interno, mostrando que houve de fato, inclusive durante o período inicial da industrialização brasileira o desenvolvimento de um mercado interno. Assim, apontando as falhas nos conceitos base para a reprodução do subimperialismo, a autora nega a qualificação brasileira como um país subimperialista, negando, sobretudo a existência de uma burguesia nacional com interesses homogêneos, a qual seria fundamental para que se reproduzisse a lógica de concentração do capital e de expansão.

Negando a reprodução deste conceito, ela aponta para uma nova fase do imperialismo, sendo que o Brasil integra o grupo dos capital-imperialistas em uma posição subalterna, por considerar que este grupo é desigual e heterogêneo. Ainda sobre esta negação, ela indica que a existência do subimperialismo implicaria nas mais diversas formas de extração de sobretrabalho e expropriação, o que não pode ser comportado pela estrutura social e econômica do Brasil.

Para concluir, Fontes indica que a exportação de capitais brasileiros e o estabelecimento de novos mercados externos diz respeito a um período muito específico da industrialização brasileira, correspondente aos anos 1960 e 1970.

Sobre o argumento de que o subimperialismo de Marini seria válido em um período específico da industrialização brasileira, Deo (2011) também faz algumas considerações, se aproximando do argumento de Fontes ao salientar que contexto atual de forte atuação do Estado na condução do capital financeiro imperialista seria um impulso mais característico da prática do *imperialismo subordinado* ou do *capital-imperialismo* apontado por Fontes. Para Deo, o *capital-imperialismo* observado no capitalismo contemporâneo seria o resultado de uma tendência de concentração e monopolização do capital, sendo o Estado fundamental para a condução das exportações de capitais. Apesar de reconhecer que Marini considera a necessidade de atuação do Estado para investimento em setores-chave e impulsionar as exportações de capitais, Deo indica que o autor não considera esta tendência de concentração de capitais e monopolização financeira, o impulso principal para a condução do *capital-imperialismo*.

Deo também caracteriza a burguesia brasileira, mostrando que esta se encontra vinculada ao setor de exportação, sobretudo agrária, sendo esta burguesia composta por frações heterogêneas que refletem traços de conservadorismo, sendo observada a modernização apenas das relações econômico-produtivas no mercado brasileiro. Sendo assim, esta burguesia seria limitada a conduzir práticas progressistas, sendo esta submetida aos movimentos do capital externo, o que nos leva a concluir que o autor considera o capital-imperialismo como a condução de uma tendência já esperada, que não se baseia em particularidades da economia brasileira.

Consideramos ser necessário contrapor o argumento levantado por Fontes, alegando que apesar de existir de forma particular, há de fato no Brasil uma burguesia formada, mesmo que heterogênea e submissa à dinâmica do capital internacional, além disso, esta se encontra atrelada aos demais grupos econômicos do centro. Este laço é proveniente do período da industrialização crescente no Brasil e se observa com maior força atualmente, visto que houve na verdade um crescimento da participação de empresas brasileiras em território estrangeiro, ademais, o subimperialismo brasileiro se mostra na verdade como uma extensão indireta do imperialismo dos grandes centros. Desta forma, o subimperialismo seria uma espécie de reprodução subordinada da lógica imperialista central a partir de particularidades do capitalismo periférico, possível com a formação de monopólios do capital, uma característica fundamental da lógica capitalista.

Assim, o subimperialismo se dá porque o capital se encontra em um momento de acentuada reprodução de monopólios, se dando mesmo que de maneira subordinada à lógica central, sendo o papel da burguesia fundamental para a condução deste mecanismo, esta que é

também um resultado da contradição interna entre o crescimento da indústria moderna e a escassez de mão de obra qualificada.

Também Podemos contrapor o argumento de Virgínia a partir da consideração feita por Luce (2011) ao salientar que:

O subimperialismo não é um imperialismo de menor grandeza ou de segunda categoria. É um fenômeno que compartilha leis do desenvolvimento comuns à teoria do imperialismo, mas que possui elementos próprios, que correspondem ao funcionamento do capitalismo dependente e conformam uma dimensão estudada pela TMD. LUCE, (2011)

Desta maneira, Luce nos leva a considerar que a categoria do subimperialismo possui uma lógica própria, possível com as particularidades observadas na condução do capitalismo dependente e que não pode ser negada a partir das transformações observadas na condução dos mecanismos de acúmulo do capital. Sendo assim, nega a invalidação da categoria frente às transformações do capitalismo contemporâneo, como propõe Fontes, considerando que as características que definem a categoria se mantêm e ainda se observam atualmente:

Assim, como fenômeno histórico, o subimperialismo apresentaria um desenvolvimento ao tempo, interregnos, momentos predominantes diferenciados, em que cada uma das variáveis se apresenta de forma transformada. Porém, sua capacidade de metamorfosear-se não o desproveria de suas características definidoras, são elas mesmas que, seguindo seu curso em relação umas com as outras, transformam-se no tempo. Um fenômeno vivo, repleto de contradições, as quais em seu conjunto ajudam a explicar a dinâmica do capitalismo dependente.

Sendo assim, as mudanças sofridas pelo capitalismo que Fontes aponta como capazes de descaracterizar a categoria do subimperialismo, na verdade só acrescentam novas práticas à categoria, apresentando novos mecanismos para a condução da lógica de reprodução do capital, e conservando as particularidades econômicas e sociais que culminaram em seu surgimento. Desta maneira, entendemos que a contraposição de Fontes ao termo *subimperialismo* a partir da identificação de um novo momento histórico do capitalismo na verdade faz reforçar a existência e condução da categoria apontada por Marini, mas gerando novos mecanismos de consolidação deste fenômeno, uma vez que Marini nunca a definiu como uma categoria engessada e que obedecesse a uma fórmula geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É Necessário salientar que o então impulso ao *subimperialismo* se transformou ao longo do tempo, contudo, conservando as particularidades apontadas por Marini, como o forte papel do Estado na condução dos mecanismos de exportação de capitais, e o contexto de monopolização capitalista que já se observava na década de 1960, além das particularidades

do padrão da economia brasileira, que possui uma maior concentração orgânica de capital, ao considerar seu relativo desempenho econômico frente às demais economias latinas, mas que ainda ocupa um espaço de subordinação perante as economias centrais. Compreendemos desta maneira, que a contribuição de Fontes para o debate da categoria apenas demonstra que o subimperialismo apresenta formas diversas de condução, sem alterar sua essência particular à medida que o capitalismo caminha para uma fase de predominância do capital financeiro. Desta maneira, entende-se que o subimperialismo, assim como a própria lógica imperialista, se modifica à medida que o capitalismo encontra novas formas de se reproduzir, contudo, o faz sem alterar sua lógica essencial de expansão e apropriação de valor. Sendo assim, é necessário questionar a lógica do capital para que este processo possa encontrar um fim, rompendo com o modelo atual que circula em torno da acumulação e multiplicação do capital em detrimento do indivíduo e da coletividade.

1- REFERÊNCIAS

BUENO, Fábio Marvulle. SEABRA, Raphael Lana. *A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea*. In: *Caderno de debates, vol. IV. Rumo à IV assembleia nacional "Carlos Marighella"*. Distrito Federal: Consulta popular, 2010. p. 3-14.

CARCANHOLO, M. D. . *(Im)precisiones acerca de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo*. Razón y Revolución, v. 25, p. 91-124, 2013

DEO, Anderson. *A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2011.

DOS SANTOS, Theotônio. *The Structure of Dependence*. In: *American Economic Review*, maio, pp. 231-236. New York, 1970.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. 2ed. UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

LUCE, Mathias Seibel. *O Subimperialismo revisitado: a expansão do capitalismo brasileiro e a política de integração do Governo Lula da Silva na América Latina*. In: *Anais do IV Colóquio Internacional Anual da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico*, Buenos Aires: SEPLA, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*, México D.F., Siglo XXI, 1969

_____. *Dialéctica de la dependencia*, México D.F., Ediciones Era, 1973

MARX, Karl. *O Capital*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1890.